



Diplomados os vitoriosos no pleito de outubro



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Governador eleito Luiz Henrique (PMDB), seu vice, Eduardo Moreira (PMDB), os senadores Ideli Salvatti (PT) e Leonel Pavan (PSDB), 40 deputados estaduais e 16 federais receberam diplomas da Justiça Eleitoral

Os 60 candidatos eleitos em Santa Catarina foram diplomados quarta-feira (18), no plenário da Assembleia Legislativa, em sessão solene iniciada às 20 horas e presidida pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Anselmo Cerello. Entre as personalidades que compuseram a mesa estavam o vice-governador Paulo Bauer, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Onofre Agostini, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva.

Com o plenário completamente lo-

tado, Cerello abriu a solenidade com um amplo discurso que contou a trajetória do processo eleitoral em Santa Catarina. "Hoje, Santa Catarina é um exemplo a ser seguido por outros estados que já solicitaram a tecnologia que já solicitaram a tecnologia que seguimos no último pleito", afirmou. "As últimas eleições vieram comprovar a absoluta confiabilidade do voto eletrônico, além de ter provado sua eficácia na apuração, tendo sido esta completada seis horas após o término da votação". (TK)



(foto Carlos Kilian)

Pronunciamentos Página Central

MP do Executivo adia recesso parlamentar

Os deputados foram convocados, extraordinariamente, pelo governo para apreciar Medida Provisória remetida em caráter emergencial na quinta-feira (19). A MP nº 107/02 decreta a intervenção no contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a empresa Engepasa Engenharia de Pavimento. O contrato previa a execução das obras e serviços de duplicação, conservação, restauração, manuten-

ção, e exploração da rodovia SC-402, na Ilha de Florianópolis, através da cobrança de pedágio.

O contrato e respectivos aditivos também abrangem os mesmos serviços entre os bairros Itacorubi e Canasvieiras, passando pela SC-400 que dá acesso à Praia da Daniela, SC-402, acesso à Jurerê, e SC-403 entre Ingleses e Rio Vermelho.

Após uma reunião com os líderes de bancadas, convocada pelo presidente da

Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), ficou decidido que a admissibilidade da MP será apreciada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na segunda-feira, dia 23, às 14 horas, devendo ser votada no mesmo dia em plenário.

Aprovada, retorna à CCJ, para análise do mérito e apresentação de emendas, voltando ao plenário para apreciação final no dia 27, sexta-feira. (MO/TK)

Posse do Governador

A solenidade de posse do governador e do vice será no Centro de Convenções de Florianópolis, no dia 1º de janeiro de 2003, a partir das 19 horas.

O local foi escolhido para acolher as autoridades convidadas e aos cidadãos que prestigiarão a posse, com os requisitos protocolares, de segurança e do conforto imprescindíveis nesse evento cívico, os quais não estariam assegurados em caso de promoção na sede oficial do Poder Legislativo, o Palácio Barriga-Verde. (DAB)

Balanço de atividades/2002

Editorial

Ao mesmo tempo em que faz um balanço de atividades deste ano, a Assembléia Legislativa se prepara para receber os 40 parlamentares – 25 reeleitos e 15 novos – que representarão a sociedade catarinense na 15ª legislatura a partir de 1º de fevereiro de 2003. Nas últimas eleições, a população decidiu que o próximo ano será histórico, marcado por profunda reformulação capitaneada por um Presidente da República que representa, claramente, o desejo de mudança dos cidadãos que exerceram o legítimo direito de voto. Na esteira, os parlamentos brasileiros deverão se adequar ao novo tempo.

Ao prestar contas de minha atuação à frente do Poder Legislativo, devo registrar que no campo parlamentar os deputados cumpriram sua missão de legislar e fiscalizar. Apreciamos e votamos, nas comissões e em Plenário, mais de 600 matérias. Dos 493 projetos de lei, 373 foram aprovados. Faço questão de destacar alguns de extrema importância para a população que nos delegou o direito de representá-la.

Na área de Saúde, aprovamos a lei que institui o programa de assistência aos portadores de doença celíaca; a que dá às gestantes o direito de acompanhante durante o período de parto; a que define uma política de prevenção e atenção integral à saúde de portadores de diabetes e a que autoriza a criação do programa Vale Leite de alimentação escolar, dentre outras.

Na área de Segurança, criamos lei que trata da contratação de controladores de velocidade para fiscalização nas rodovias estaduais e a que cria unidades prisionais avançadas.

As leis que dispõem sobre o certificado de qualidade, a origem e a identificação de produtos agrícolas e alimentícios e a que cria o Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança garantem qualidade de vida à população catarinense.

No segmento cultural, destaco as leis que instituem o Prêmio Cinemateca Catarinense e o dia da cultura açoriana no Estado.

Das leis complementares, resalto as que instituem as regiões metropolitanas da Foz do Rio Itajaí, da região Carbonífera e de Tubarão, dentre outras leis.

A Assembléia Legislativa também esteve presente mediando e buscando o consenso em questões como a greve do Besc e a polêmica que envolveu Ministério Público e Vereadores. Adequamos a Constituição do Estado quanto ao número de vereadores por município, garantindo o mandato de 333 vereadores de 86 Câmaras Municipais.

Através de sessões especiais e solenes, a Assembléia foi ao encontro da população em Braço do Norte, Tubarão, Araranguá, Joinville, Curitiba, Campos Novos e Nova Trento. Outro caminho de aproximação com a comunidade, além da interiorização, foi a instalação de estandes em sete municípios nos quais disponibilizamos farto ma-

terial de divulgação sobre o trabalho da Assembléia e dos deputados em informativos impressos e audiovisuais.

Assim como descentralizamos as atividades, oferecemos condições para os municípios mostrarem seu potencial cultural e econômico na Galeria de Artes. O projeto *Retratos de Santa Catarina* apresentou, este ano, 19 municípios de todas as regiões catarinenses.

A Escola do Legislativo mediu parcerias com instituições de ensino, dentre as quais o Yazigi, para viabilizar o acesso de nossos funcionários a cursos superiores e de segundo grau. Assim, investimos na qualificação do corpo funcional. Os convênios também possibilitaram estágios para universitários nos diversos setores da casa, promovendo uma interação produtiva.

Pela primeira vez em sua história, a AL abriu espaço a estudantes estrangeiros, como os 23 chineses que cumprem estágios com duração de um ano desde maio (primeira turma) e outubro (segunda turma).

Na esfera administrativa, analisamos e votamos 511 matérias. Fechamos o ano sem nenhum processo pendente, fato inédito na história deste Poder.

Ao fazer a avaliação final das atividades tenho a convicção de que cumpri meu dever, incansavelmente, como Presidente e como parlamentar, com seriedade, ética, transparência e em sintonia com os princípios democráticos que norteiam minhas ações na qualidade de homem público. As portas do gabinete da Presidência estiveram abertas durante os dois anos de minha gestão. Todos os que aqui vieram foram atendidos. Ninguém voltou sem falar com o Presidente.

Faço questão de ressaltar e agradecer o apoio de meus companheiros. Às vezes, no calor das discussões, divergimos no campo das idéias, mas mantivemos sempre o espírito público de unir todas as forças políticas abrigadas neste parlamento em benefício da nossa gente.

Não posso deixar de reconhecer e enaltecer a evolução de nossos veículos de comunicação – Rádio, TVAL, e o Tablóide AL Notícias – que evoluíram e contribuíram com o processo democrático de prover a transparência das ações parlamentares.

Para finalizar, saúdo meus companheiros diplomados no último dia 18, em especial os 15 novos deputados conduzidos pela população ao Poder Legislativo para, com os 25 reeleitos, representá-la com dignidade.

Continuarei trabalhando para manter a abertura deste Poder que deve estar sempre atento e em sintonia com a movimentação estadual e nacional, e sempre pronto para se adequar às mudanças necessárias, visando melhor corresponder à expectativa de nossos representados.

Deputado Onofre Agostini (PFL)
Presidente da Alesc

■ Pergunte ao deputado ■

perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br

Deputado Afrânio Boppré (PT), porque é cobrado a placa de identificações para animais, para onde vai o dinheiro, qual o futuro dos cães de rua e qual o destino dos cães sem placa, mas que pertencem a alguém?

Cláudia Petry - Florianópolis

Resposta- Esta pergunta não é do âmbito Legislativo estadual e sim municipal. Para esclarecer sua dúvida seria melhor entrar em contato com Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) no fone (48) 224-7644.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB), como a Assembléia Legislativa do nosso Estado poderia ajudar na viabilização da conclusão da BR 282?

Débora Sanches Florianópolis

Resposta: Pode contribuir com todos os procedimentos de competência do Poder Legislativo. Fazer o acompanhamento da solicitação da comunidade do Estado até à aprovação de Leis que se fizerem necessárias para a delegação da obra de Santa Catarina e aprovação da mesma.

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Presidente Onofre Agostini,

Quero congratular-me com Vossa Excelência e com toda a competente equipe da Divisão pelo lançamento do AL Notícias.

Este jornal reforçará o importante papel que cumpre com louvor toda a equipe da Divisão de Imprensa desta Casa, de informar aos catarinenses os atos deste Poder

em benefício de nosso povo. Desejo que 2003 seja um ano ainda melhor e que possamos caminhar juntos, e com dignidade e profissionalismo honrarmos a confiança que os catarinenses depositam a todos nós.

Deputada Odete de Jesus (PL)

Equipe AL Notícias

Primeiramente gostaria de parabenizar e felicitar a todos os envolvidos na elaboração do Jornal da Assembléia, visto que, produz artigos e informações relevantes a toda comunidade catarinense, de modo prático e prazeroso.

Aproveito a oportunidade para

solicitar (se possível) o recebimento deste ótimo jornal semanal, em meu endereço residencial, haja vista, meu interesse em poder contribuir de alguma maneira para ajudar nosso Estado.

Valdemiro Reitz
Florianópolis (SC)

Da Redação

Em virtude do excessivo número de matérias apreciadas pelo parlamento na última semana, o AL Notícias deixa de publicar, excepcionalmente nesta edição, a *Entrevista* e o *Via Brasília*. Ambos os espaços voltam normalmente na próxima edição.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)

1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Eduardo Rocha, Ilson Chaves, João Batista Ramos, Jonas Lemos Campos, Marise Ortiga, Mirela Maria Vieira e Samir Machado

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretor: Samir Machado

Coordenador de Imprensa: Jonas Lemos Campos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Chefe de Redação: Marise Ortiga

Redatores: Cleide Winckler, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic e Tatiana Kinoshita

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Ana Paula Moreira, Andréa Leonora, Carlos Agne, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Estevão Derech, Fabiana Henrique, Felipe Damo, Felipe Nunes, Jandyr Côrte Real, João Carlos Godoy, Linete Martins, Luciano de Carvalho Oliveira, Luiz Carlos Padilha, Manoel Borges, Marco Zanfra, Marcelo Santos, Maria Ivonete Lessa, Martha Curial, Meliza Godoy, Milton Alves, Nara Cordeiro, Regina Zandomênicó e Terezinha Silva

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Valeska Bittencourt Coelho

Diagramação: Rafael dos Santos e Stela Martins

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Solon Soares

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Feitas e Ronaldo Rolnei Souza

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Artes Gráficas Riosul

INSTITUCIONAL

Assembléia distribui brinquedos para entidades

Através de iniciativa da Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa (Afalesc), o presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), fez a entrega na manhã desta quinta-feira (19) para entidades da capital e dos municípios de Palhoça e Laguna, de 1500 brinquedos doados por funcionários do legislativo. A campanha *Natal Solidário* beneficiou clubes de mães, associações de moradores e creches dessas localidades.

A idéia das doações foi do soldado José Maurício Andrade, que trabalha no Corpo da Guarda da Assembléia e que há vários anos já desenvolvia esse tipo de trabalho fora da Casa. Vestido de Papai Noel e acompanhado de duas crianças como auxiliares, Andrade falou da satisfação em dividir com crianças carentes a alegria de receber um brinquedo nesta época do ano.

Para as entidades beneficiadas o

contentamento não é diferente, segundo declarou a representante dos moradores da Caeira, Maria José de Oliveira. "O brinquedo, além de proporcionar satisfação para as crianças é também um instrumento importante na formação do seu processo moral e intelectual".

De acordo com Iracema Martins, uma das organizadoras da campanha, as expectativas foram superadas graças à colaboração maciça dos funcionários, que acolheram a iniciativa. "Para o próximo ano esperamos arrecadar uma maior quantidade de brinquedos, beneficiando novas entidades", declarou. (RMPP)



Presidenta da Afalesc, Liciamara Lemos e Onofre na entrega dos presentes

(foto Glencarlo Bortoluzzi)



Diretor de Imprensa recebe cumprimentos

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Lançamento do novo jornal

Políticos de diversos partidos, funcionários e diretores do Poder e jornalistas dos meios de comunicação e do serviço público prestigiaram o lançamento na quarta-feira, 11, do novo jornal da Casa, elaborado pela Divisão de Imprensa do Legislativo. O presidente, deputado Onofre Agostini (PFL), e outros parlamentares presentes ressaltaram a importância do veículo de informação para aproximar a sociedade do parlamento catarinense.

Em formato tablóide, oito páginas, cores na capa, contra-capá e páginas centrais, o *AL Notícias* proporciona espaço para a comunidade, através de matérias com associações representativas da sociedade organizada, como Organizações não-governamentais, (ONGs) e outros seg-

mento, para os representantes de Santa Catarina no Congresso Nacional, abre espaço para o leitor fazer sugestões e críticas, e para perguntas sobre assuntos diversos dirigidas aos parlamentares. Agostini salientou em seu discurso que o novo veículo de comunicação impresso "é mais um instrumento para prestar contas à comunidade representada pelos parlamentares". Assinalou ainda, que a mudança aliou eficácia e redução de despesas, já que o *AL Notícias* tem custo abaixo do antigo boletim. "Queremos aproximar os legisladores da população e isto implica na oferta de um produto melhor para um público que também será ampliado", afirmou Samir Machado, diretor da Divisão de Imprensa. (RV)

Rádio apresenta novo CD

O estúdio de áudio da divisão de imprensa lançou na última segunda-feira, (16), na Galeria de Arte Meyer Filho, o *CD Rádio Alesc Digital, 3 anos via Internet - Encontro Acústico* - que tem por objetivo estreitar a parceria entre o legislativo e as mais de 50 emissoras de rádio, que abrem sua programação diária para dar espaço aos deputados, divulgando o material produzido e distribuído pela Rádio Alesc.

O CD, além de chegar às mãos dos 40 parlamentares, será distribuído às emissoras de rádio e aos profissionais da imprensa e do meio artístico com a intenção de abrir uma oportunidade a mais para que o chefe do Poder Legislativo, deputado Onofre Agostini (PFL) possa se dirigir ao público em geral, com uma mensagem de congratulação e agradecimento.

O evento de apresentação contou com a participação dos artistas Luiz Meira, responsável pela produção musical e interpretações do disco, acompanhado dos violonistas Guinha Ramirez e Jobert Narcizo.

No *CD Encontro Acústico*, além de contar com a faixa especial de agradecimento, gravada por Silmara Silveira e trazendo a palavra do presidente, Onofre Santo Agostini, a Rádio Alesc conseguiu reunir num verdadeiro encontro, um elenco de músicos de extrema sensibilidade, como Joel Brito, Carlos Júnior, Fernando Sulzbacher e Jobert Narcizo; contando com a formação inédita nos violões de Luiz Meira e Guinha Ramires. O resultado é a interpretação de 11 composições nacionais e internacionais ao som de violões, guitarra acústica, baixo acústico, violino e saxofone. As faixas sucedem-se uma a uma como num concerto orquestrado e desenvolvido em performances magistrais.

Ao apresentar o CD o coordenador da Rádio Alesc, Eduardo Rocha ressaltou que "é assim que o Estúdio de Rádio quer levar o nome do parlamento aos catarinenses, aliando-se de forma cada vez mais estreita ao que há de melhor dentro do padrão de qualidade da nossa terra e da nossa gente".



Os músicos Meira, Guinha e Jobert, e o produtor artístico Ivanzinho

(foto Solon Soares)

Goetten representou os parlamentares da AL

Em nome dos 40 deputados estaduais eleitos falou Nelson Goetten (PPB), reeleito para o cargo. Ressaltou a honra em receber o diploma que, segundo ele, exprime o resultado do trabalho prestado ao povo catarinense e demonstra a preservação da democracia no Brasil. "O ato de hoje comprova que os fundamentos da legalidade e da moral estão fortalecidos e mantêm acesa a certeza de que permanece vivo nosso Estado Democrático de Direito".

Ele lembrou das responsabilidades de cada parlamentar no exercício do cargo e do novo momento que o país passará a viver a partir do ano que vem.

Ao governador eleito, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), Goetten cumprimentou-o pela "vitória soberana e democrática", que simboliza a competência e a habilidade do novo governador na articulação de uma conquista que é o resultado de uma história de serviços prestados à sociedade catarinense e brasileira. "Cabe a nós, parlamentares, estarmos ao seu lado em todos os projetos que retratem os anseios da sociedade", disse Goetten, lembrando que foi eleito para ser oposição.

Em seguida cumprimentou os senadores eleitos, Ideli Salvati (PT) e Leonel Pavan (PSDB), desejando que ambos desenvolvam um trabalho de muitas realizações para San-



Deputado Goetten na tribuna

ta Catarina.

Aos 16 deputados federais, declarou estar confiante no trabalho que cada um desenvolverá. "Tenho certeza que estamos mandando para Brasília excelentes homens públicos, catarinenses de grande valor".

Nos cumprimentos aos seus futuros colegas no legislativo estadual, Nelson Goetten renovou o compromisso de companhei-

rismo e de responsabilidade com a sociedade de serem justos e leais. "Devemos pautar nossas ações em esforços para melhorar cada vez mais a credibilidade desta Casa legislativa e corresponder aos anseios do povo catarinense. Finalizou seu discurso agradecendo os eleitores do Estado, como deputado estadual eleito que obteve maior votação.

Ideli: "A vitória venceu"

Com mais de um milhão de votos, a primeira senadora eleita por Santa Catarina, Ideli Salvati (PT), teve direito a palavra por ser a mais votada. Falou em seu nome e do também senador eleito Leonel Pavan (PSDB).

Ideli enfatizou que é possível mudar o país, já que essa foi a eleição da esperança, onde a fé venceu o medo. Juntamente com Pavan, prometeu legislar em prol das maiorias, dos interesses catarinenses e da justa aplicação dos recursos públicos.

"O Brasil e Santa Catarina não serão os mesmos após as eleições de 2002", afirmou emocionada a senadora, argumentando que é possível mudar a conjuntura social e econômica.

Ressaltou ainda que, apesar do Estado ter tantas mulheres de destaque, como Catarina, Anita, Antonieta e Paulina, continua sendo machista.

O discurso foi marcado pela expressão "é possível", mostrando a necessidade de mudança, e enfatizan-

Zonta: fortalecimento da democracia

(foto Carlos Kiliam)

Representando os 16 deputados federais eleitos, Odacir Zonta (PPB) destacou a responsabilidade que o cargo imprime, ao trabalhar em nome de mais de 5 milhões de catarinenses. "Lembro que o embrião da sociedade é a família, a quem devo agradecer pelo apoio. Evidencio também o reconhecimento e o fortalecimento da democracia, livre e soberana".

O ex-secretário estadual de Agricultura agradeceu a confiança do povo de Santa Catarina e a Deus, exaltou mais uma vez a democracia e disse estar preparado para os desafios que o esperam neste novo mandato.



Odacir Zonta

Deputados Federais

Adelcor Vieira	PMDB
Carlito Merss	PT
Cláudio Vignatti	PT
Edinho Bez	PMDB
Fernando Agustini	PDT
Gervásio Silva	PFL
Ivan Ranzolin	PPB
João Matos	PMDB
João Pizzolatti	PPB
Jorge Boeira	PT
Leodebar Tiscoski	PPB
Luci Choinaski	PT
Mauro Passos	PT
Odacir Zonta	PPB
Paulo Afonso Vieira	PMDB
Paulo Bauer	PFL

Senado

Deputados Estaduais

Afrânio Boppré	PT
Altair Guidi	PPB
Ana Paula Lima	PT
Antônio C. Vieira	PPB
Antônio Ceron	PFL
Celestino Secco	PPB
Cesar Antonio De Souza	PFL
Clesio Salvaro	PFL
Dionei Da Silva	PT
Djalma Berger	PFL
Francisco Assis Nunes	PT
Genésio Goulart	PMDB
Gilmar Knaesel	PPB
Herneus Joao De Nadal	PMDB
João Henrique Blasi	PMDB
João Pedro Kleinubing	PFL
João Rodrigues	PFL
Joares Carlos Ponticelli	PPB
Jorginho Dos Santos Mello	PSDB
José Paulo Serafim	PT
Julio Garcia	PFL
Lício Mauro Da Silveira	PPB
Luiz Eduardo Cherem	PSDB
Mauro Mariani	PMDB
Moacir Sopelsa	PMDB
Narcizo Luiz Parisotto	PTB
Nelson Goetten De Lima	PPB
Nilson Duduco	PPB
Nilson Gonçalves De Souza	PSDB
Odete De Jesus	PL
Onofre Santo Agostini	PFL
Paulo Roberto Eccel	PT
Pedro Baldissera	PT
Reno Luiz Caramori	PPB
Rogério Mendonça	PMDB
Romildo Luiz Titon	PMDB
Sérgio Godinho	PTB
Valmir Comin	PPB
Volnei Jose Morastoni	PT
Wilson Vieira	PT

Luiz Henrique defende uma reforma política, fiscal e tributária

(foto Jonas Lemos Campos)

As assembleias acadêmicas, a luta contra a ditadura, a passagem pelo Congresso Nacional e a administração da prefeitura de Joinville, foram momentos da trajetória política - que lhe concedeu nove mandatos - lembrados pelo governador eleito Luiz Henrique da Silveira (PMDB), no discurso que encerrou a cerimônia de diplomação.

Ulisses Guimarães, um dos grandes condutores do processo de democratização do país, foi lembrado por Luiz Henrique - um de seus mais diletos seguidores - como referência nos momentos de dúvida em relação ao desafio que representou para ele a eleição ao governo do Estado. "Navegar é preciso; viver não".

O novo chefe do executivo a partir de 1º de janeiro de 2003, ressaltou que abriu mão de um mandato de quatro anos para entrar numa disputa contra um adversário que todos os analistas políticos apontavam como imbatível. "Assim como triunfei, poderia ter sido excluído, por

um bom tempo, talvez para sempre, do processo eleitoral". Para o governador eleito, a motivação foi disseminar *por toda Santa Catarina*, o choque de desenvolvimento que havia realizado em Joinville, por meio da descentralização e da municipalização das ações de governo, prioridade ao social e modernização tecnológica.

Criticou a indústria das pesquisas que, para ele, escolhe os eleitos e aponta os derrotados. "Além de induzir o eleitor, induz também os que podem legalmente contribuir nas campanhas eleitorais a não investir nos pré-anunciados perdedores". Defendeu ainda que, para a consolidação da democracia, é inadiável uma profunda reforma política, começando por proibir a publicação de pesquisas pagas e todo e qualquer investimento nas campanhas eleitorais.

Ao finalizar, defendeu a reforma fiscal e tributária, através de um pacto federativo a ser discutido com todos os governadores e o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.



LHS agradece pela vitória

Esperança e medo



(foto Giancarlo Bortolon)



(foto Alberto Neves)

Momento da diplomação

Governador do Estado

Luiz Henrique da Silveira (PMDB)

Vice-governador

Eduardo Moreira (PMDB)

Senadores

Ideli Salvatti (PT)
Leonel Pavan (PSDB)

Reportagem:

Denise Arruda Bortolon
Rose Mary Paz Padilha
Rubens Vargas
Scheila Dziedzic

diplomados

do o caráter revolucionário das eleições. A senadora terminou seu pronunciamento agradecendo o apoio recebido de todos e beijando a bandeira do PT.

Deputados aprovam Orçamento/2003

Após várias reuniões na Comissão de Justiça e sessões subsequentes em plenário, os deputados votaram o Orçamento para o ano de 2003 e, aproximadamente, mais quarenta projetos.

Mesmo com alguma polêmica gerada por parlamentares que queriam fazer uso do expediente regimental de apresentação de destaques, o parecer final do Orçamento 2003, elaborado pelo relator Julio Garcia (PFL), foi aprovado sem modificações. Alguns requerimentos, de autoria dos deputados Romildo Titon (PMD), Clésio Salvaro (PFL), Gelson Sorgato (PMDB), Rogério Mendonça (PMDB), Cesar Souza (PFL) e também do presidente da Casa, Onofre Agostini (PFL), requeriam a apreciação em destaque de emendas, que, conforme argumentou Garcia em plenário, contrariavam a legislação, e o acordo de lideranças que permitiu a destinação de R\$ 500 mil para emendas específicas, de cada parlamentar. "Infelizmente, não há recursos no Orçamento para atender à legítima reivindicação dos meus pares", resumiu Garcia. Do total de 1.410 emendas (parlamentares, de bancada, regionalizado e emendas corretivas do relator) recebidas durante a tramitação do projeto, o relator acatou 123, rejeitando as restantes 1.287.

No total, o Estado terá uma receita/des-



Relator do Orçamento defende parecer final

pesa de R\$ 9,5 bilhões, sendo pouco mais de R\$ 4 bilhões o valor previsto para investimentos. As emendas que passaram a integrar o projeto original, totalizam R\$ 29,2 milhões. As 42 que não movimentam recursos, apenas contemplam o município ou entidade em uma ação já existente na proposta original, R\$ 17,17 milhões saídos da rubrica destinada à reserva de contingência. As que implicam em remanejamento de recursos entre rubricas, fecharam em R\$ 12,057 milhões. (MMV)

Prorrogação de prazo de contratos da Cidasc

Proveniente do governo do Estado, aprovado projeto autorizando a prorrogação dos contratos previstos na Lei 11.961, de 6 de novembro de 2001, até 26 de outubro de 2002, na Cidasc, a contar de 31 de março de 2002.

O secretário de Agricultura, Otto Kiehn, explica que em 31 de março passado venceu o contrato de 115 auxiliares técnicos admitidos por prazo determinado para trabalhar nas barreiras sanitárias, responsáveis por fazer de Santa Catarina o único esta-

do livre de febre aftosa sem vacinação no país.

Porto de São Francisco do Sul - Também governamental, aprovado projeto autorizando o Executivo a prorrogar o prazo das admissões em caráter temporário na administração do porto de São Francisco do Sul, até a realização de concurso público. Ficou estabelecido o prazo máximo de 12 meses para a realização de concurso e a nomeação dos aprovados, contado a partir da vigência desta lei. (RV)

Salários dos Três Poderes

Os Decretos Legislativos de n.º 12/02 e 13/02, passam a fixar os salários de governador em R\$ 8 mil, vice-governador em R\$ 7 mil, secretários de Estado em R\$ 6 mil, e para os deputados estaduais da Legislatura que se inicia em 1º de fevereiro de 2003, 75% do que percebe um deputado federal. Para os salários de governador, vice e secretários ficaram mantidos os valores fixados no final de 2001 e que foram contestados pelo governador do estado, Esperidião Amin (PPB), através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que está aguardando o julgamento do mérito no Supremo Tribunal Federal (STF). Alguns parlamentares acreditam que se a decisão do STF for de ratificar os valores, venham a ser geradas ações na Justiça para recuperar as

diferenças, uma vez que não era recebido o valor determinado.

Procuradores administrativo e fiscal Oriundo da Procuradoria-geral do Estado, aprovada lei complementar que reorganiza as parcelas remuneratórias dos cargos de Procurador do Estado, Procurador Administrativo e Procurador Fiscal, além de fixar novo vencimento básico. A proposta estabelece que ficam incorporados e absorvidos no vencimento dos cargos de Procurador do Estado o adicional de representação, instituído na Lei Complementar n.º 62 de 10 de setembro de 1992, e a gratificação complementar paritária.

O novo vencimento básico dos procuradores do Estado é de R\$ 4 mil (Classe C), R\$ 3, 6 mil (Classe B) e R\$ 3, 24 mil (Classe A). (SD/RV)

Custas judiciais

A Unidade de Referência de Emolumentos (URE) passa a ter o valor de R\$ 1,40, fixado através do Projeto de Lei Complementar n.º 22/02. O limite máximo dos emolumentos devidos pelos serviços notoriais ou de registro, fica estabelecido em 400 URE ou R\$ 560,00. Passam a ser isentos de custas e emolumentos os atos relacionados com aquisição ou financiamento com recursos da companhia de Habitação de Santa Catarina (Cohab), para construção de imóvel para fins residenciais, instalação de microempresa ou instalação de negócio ou serviço informal no valor de até R\$ 42 mil. A Unidade de Referência de Custas também passa ao valor de R\$ 1,40, através do Projeto de Lei Complementar n.º 21/02 (SD)

Aprovadas Emendas Constitucionais

De autoria do deputado Jaime Mantelli (PDT), aprovada Emenda Constitucional (PEC) n.º 12/02, que altera a alínea III do artigo 24 da Constituição do Estado. O artigo diz que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários. A alínea III, que citava dois cargos privativos de médico, passa a vigorar com dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissão regulamentada.

Inviolabilidade - Outra PEC aprovada, de n.º 11/02, também de Mantelli, apensada nas Propostas de Emenda Constitucional n.º 07/01, da deputada Ideli Salvatti (PT), e n.º 10/01, do deputado Ivo Konell (PMDB), acrescenta as expressões "civil e penalmente" e "qualquer" ao artigo 42 da Constituição Estadual, que determina que os deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

Vetos mantidos

O plenário manteve veto governamental ao projeto de lei do deputado Jaime Duarte (PPS), que proibia a inclusão de usuário de serviços públicos em cadastro de devedores. Determinava que as empresas prestadoras de serviços, que atuam sob o regime de concessão pública, não poderiam inscrever os usuários residentes e domiciliados em SC, em situação de inadimplência, em qualquer tipo de cadastro de devedores. Mantido também veto ao projeto do deputado Adelor Vieira (PMDB) que estabelecia que os atletas de fora do Estado tinham que transferir o registro para a Federação Catarinense de Desportos (Fesporte) no ano anterior ao da realização dos Jogos, Joguinhos Abertos ou Olimpíada Estudantil catarinenses. A não transferência do registro impediria a participação do atleta das competições. (MO/MMV)

Outra questão abrangida pela Emenda consiste em que, recebida a denúncia contra o deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça dará ciência à Assembleia Legislativa que, por iniciativa de partido político e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

Secretários de Estado - Da deputada Ideli Salvatti (PT), aprovada PEC n.º 10/00 dando nova redação ao artigo 41 da Constituição Estadual, responsabilizando, além dos secretários de Estado, os titulares de fundações, autarquias e empresas públicas para prestar informações sobre assuntos previamente divulgados, implicando em crime de responsabilidade a ausência não justificada. O mesmo acontece no artigo 83 da Carta catarinense, ficando os titulares de fundações, autarquias e empresas públicas, nos crimes comuns e de responsabilidade, sujeitos a serem processados e julgados pelo Tribunal de Justiça. (RV)

Venda de produtos óticos

Com a finalidade de garantir a segurança aos usuários que necessitam de produtos óticos por deficiência visual, por uma necessidade de proteção solar ou segurança no trabalho, foi aprovado o projeto do deputado Gilmar Knaesel (PPB), que dispõe sobre a comercialização de produtos óticos.

A proposta visa, no âmbito do território catarinense, modernizar o disciplinamento do comércio ótico estabelecido nas Leis Federais que tratam do tema. Os artigos e produtos somente poderão ser comercializados em estabelecimentos óticos especializados e habilitados e com registro junto aos Órgãos Sanitários competentes com, no mínimo, um responsável técnico habilitado na forma de lei. (DAB)

Assembléia tem novo Regimento Interno

O plenário aprovou o projeto de resolução n.º 22/01 que trata das alterações regimentais do Legislativo. O novo texto, que regulará o desenvolvimento dos trabalhos da Casa, pretende eliminar inconstitucionalidades, ilegalidades, contradições e ambigüidades; harmonizar disposições divergentes; acrescentar dispositivos que mostrem de maneira clara as atribuições dos deputados; privilegiar o debate nas comissões e inserir normas de ética e decoro parlamentar e medidas disciplinares em caso de transgressão regimental. Na classificação das comissões permanentes foi extinto o conceito diferencial entre as técnicas e as de mérito, estabelecendo sua descrição por área de atividades.

No âmbito das comissões sur-

ge a Comissão de Segurança Pública – assunto que era discutido na comissão que trata do serviço público. Fica extinta a Comissão de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis. A redação de leis retorna à Comissão de Constituição e Justiça, que exerce o controle da constitucionalidade e juridicidade das matérias.

A Comissão do Mercosul passa a ser permanente e transforma-se em Comissão de Relacionamento Institucional e Comunicação com a função de controlar a comunicação do Legislativo e de fiscalizar a publicidade oficial e as atividades relacionadas às comunicações em geral, às telecomunicações e à informática.

A Comissão de Turismo e Economia foi dividida em Comissão de Desenvolvimento Econômico

e Comissão de Turismo e Meio Ambiente. A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, agora chamada de Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, passa a englobar todos os direitos garantidos ao cidadão pela Constituição.

A criação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, a ser constituída no início de cada sessão legislativa, tem a função de tratar das questões que impliquem provável infração às normas regimentais.

Ao substitutivo global foi aprovada emenda que possibilita ao deputado que ocupar cargo no Executivo levar sua estrutura de gabinete parlamentar.

Outras informações sobre o novo regimento da Assembléia podem ser obtidas no site (www.alesc.sc.gov.br). (RMPP)

Mudança na Lei dos “pardais”

A Lei 12.142, de 05/04/02, que dispõe sobre a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais foi alterada em projeto de autoria do deputado Paulo Bornhausen (PFL). O artigo 2º da referida lei, passa a vigorar com a seguinte redação: “fica assegurada ao Estado

de Santa Catarina a contratação de equipamentos controladores de velocidade para fins de fiscalização, desde que possuam avisos sonoros e luminosos, permitindo ao usuário ser informado do excesso de velocidade cometido”. O objetivo do projeto foi ajustar a lei estadual à legislação federal vigente. (CW)

FRJ é prorrogado

Proveniente do Tribunal de Justiça, foi aprovado projeto que trata do Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ), prorrogado pelo prazo de dois anos. Num acordo feito entre Ministério Público e TJ, ratificado pelas bancadas, foi aprovada emenda que destina 20% do total das receitas

do FRJ, R\$ 23, 8 milhões em 2003, para o Ministério Público Estadual, criando o Fundo de Reparelhamento do MP. Na mesma emenda ficou estabelecido que 50% das receitas obtidas através de cobranças extrajudiciais será repassado ao Sistema Estadual Penitenciário. (RV)

Discriminação nos serviços de saúde

De agora em diante será proibido, nos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde, a discriminação no atendimento de pessoas em função de convênios.

Projeto do deputado Jaime Duarte (PPS) aprovado, prevê que os hospitais, postos, ambulatórios e demais estabelecimentos de prestação de serviços de saúde, públicos, funcionais ou privados, são proibidos de discriminar por qualidade, ordem, local ou momento do atendimen-

to, as pessoas que demandam seus serviços, por serem pagos diretamente ou por convênio ou em função de órgão ou sistema conveniado para sua prestação. Destaca que somente as razões de urgência ou de natureza estritamente médica permitirão a inversão da ordem de atendimento. Prevê ainda, que os estabelecimentos de saúde devem afixar, em local visível, os tipo de atendimento que prestam, se pelo SUS, convênios ou particulares. (CW)

Direitos da Criança e do Adolescente

Com competência para dispor sobre a definição, a deliberação e o controle das ações dirigidas à proteção, à defesa e à garantia dos direitos da criança e do adolescente no âmbito de Santa Catarina, foi aprovado projeto de lei de origem governamental. O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/ SC foi criado como órgão de caráter permanente, vinculado à secretaria da Justiça e da Cidadania.

Compete ao CEDCA, entre outras atividades, formular e controlar a política estadual de promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente e a articulação das ações governamentais e não-governamentais; zelar pelo cumprimento das disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, nas normativas internacionais rati-

ficadas pelo Congresso Nacional voltadas à proteção da criança e do adolescente, e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fica a cargo do Conselho incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, controle, proteção, defesa e garantia da criança e do adolescente, além de estimular, incentivar e promover a atualização permanente de servidores das instituições e entidades não-governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente.

O Conselho será constituído por dez membros titulares e igual número de suplentes, cinco membros de órgãos governamentais e cinco de órgãos não-governamentais, com mandato de dois anos. (DAB)

Prevenção às DST/AIDS

A obrigatoriedade de divulgação de mensagens educativas ou preventivas sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – DST/AIDS – em festas, festivais, competições, shows, bem como a inserção de frase advertindo para o contágio nos anúncios e programas que sugerem a prática de sexo, foi aprovada em projeto governamental.

A matéria prevê que, nos anúncios veiculados pe-

los meios de comunicação e nos programas denominados tele-sexo, disque-sexo, tele-carinho, tele-amizade e similares, constará expressamente a frase “Faça sexo seguro, use camisinha”. O conteúdo das mensagens será definido em conjunto pelas secretarias de Estado da Educação e da Saúde e suas veiculações nos eventos de massa serão feitas simultaneamente com a divulgação e local dos mesmos, sendo que os custos serão suportados por quem os promover. (CW)

Gás Natural

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Comin, Luiz Gomes, presidente da SC-Gás e Salvaro

Os membros da CPE do Gás, composta pelos deputados Clésio Salvaro (PFL), presidente, Valmir Comin (PPB), relator, e Ronaldo Benedet (PMDB), apresentaram o relatório final dos trabalhos no dia 17.

A Comissão aponta dois fatores essenciais na composição do preço pago pelas indústrias catarinenses: o aumento do petróleo no mercado internacional e a desvalorização cambial, já que o gás vem da Bolívia.

Segundo Comin, análise das planilhas apresentadas pelas empresas que usam este insumo, mostrou que o gás natural em Santa Catarina é 50% mais caro que o gás naci-

onal, vendido nas regiões Nordeste e Sudeste do país.

A CPE também esclareceu que o contrato entre a Petrobrás e a SC-Gás não foi bem elaborado, deixando a empresa dependente do câmbio. Entre as recomendações, destacou a ampliação do prazo de depreciação do Gasoduto Brasil-Bolívia de 10 para 20 ou 30 anos.

O relatório foi encaminhado à Presidência da República, Ministério das Minas e Energia, presidência da Petrobrás, deputados federais eleitos por Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, assim como os seus respectivos governadores e senadores. (TK)

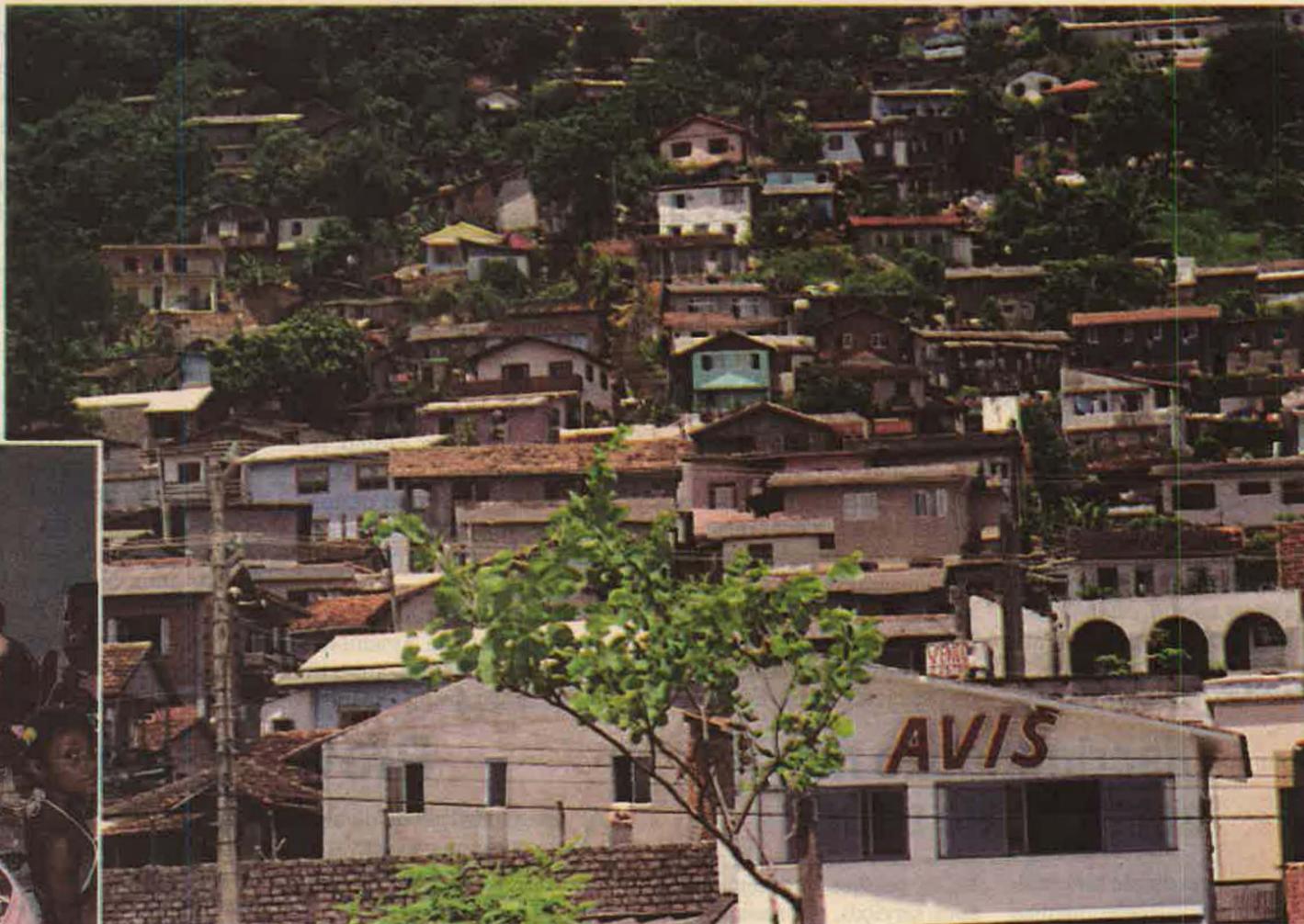
Mocotó, o morro que respira arte

Tatiana Kinoshita

"A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte". Estes versos do compositor Arnaldo Antunes são levados ao pé da letra pela secretária Ana Cristina Bittencourt. Moradora do Morro do Mocotó, em Florianópolis, há quatro anos ela viu algo que mudaria sua vida; uma criança de cinco anos usando drogas em uma das ruas do morro. Foi então que ela decidiu que as crianças da comunidade não ficariam mais ociosas e o melhor caminho para isso seria as artes.

Hoje, quase cinco anos depois, Ana Cristina pode se orgulhar. Cerca de 80 crianças e adolescentes entre 5 e 20 anos passam suas tardes no Grêmio Recreativo União do Mocotó, aprendendo pintura, bordado, dança e capoeira. As adolescentes ainda fazem parte do Grupo de Dança Mitos, o maior orgulho da comunidade.

Com tantas atividades, as dificuldades também são muitas. "Há seis meses não temos material para as crianças pintarem e bordarem, o trabalho que elas fizeram antes está se estragando porque não temos como dar o acabamento necessário", explica Ana. "Tudo o que arrecadamos vem da própria comunidade, pois se ficássemos esperando a ajuda dos políticos que sobem o morro na época de eleições, não



Vista geral do Morro do Mocotó: "Somos parte da sociedade"



teríamos feito metade do que realizamos hoje", afirma

Ana.

Mesmo com a pouca contribuição, o Grêmio continua com seus trabalhos. Perto do Natal, as crianças e adolescentes fazem artesanatos com cascos de refrigerante. "Não podemos deixar de trabalhar, já que o pouco dinheiro que levantamos vem das vendas dos artesanatos das crianças e também das mães, que formam uma cooperativa com mais de 30 mulheres que produzem bolsas e tapetes de fuxico (trabalho produzido com retalhos de tecidos). Mui-

to do material vem da escola de samba Protegidos da Princesa, uma de nossas grandes aliadas", comenta.

Para Camila Cristina Borges da Silva, 13 anos, o Grêmio representa muito mais do que um local para ela passar as tardes. "Venho aqui desde os sete anos e já aprendi a pintar e bordar, mas dançar é a minha paixão. Vou me esforçar para quando crescer ser uma grande dançarina", afirma.

Quem compartilha do mesmo sonho é a adolescente Georgia Helena Alexandre, de 15 anos. "Tenho muito orgulho de fazer parte do Grupo Mitos aqui do Morro. Já viajamos para vários estados brasileiros, mas o meu sonho é me tornar uma dançarina conhecida em todo mundo", disse.

Arte musical

A música também faz parte das ruelas do morro. O grupo de Rapper MCO, abreviatura de Mocotó, já tem seis anos e canta em suas rimas o que a sociedade pensa que sabe. "Nos cansamos de sofrer com a discriminação, a sociedade tem que saber que no Morro não acontece apenas coisas ruins, temos sonhos e trabalhamos duro para realizá-los", afirmou o vocalista do grupo, Douglas Carlos da Silva.

Segundo Douglas, é através de sua arte que a comunidade do Morro do Mocotó quer aparecer e não apenas nas páginas policiais dos jornais.

Quem quiser contribuir com o Grêmio Recreativo União do Mocotó é só entrar em contato com Ana Cristina no fone (48) 225-7893. Ajuda de material para artesanato e até comida para a merenda das crianças será bem-vinda.



**"Greve nas escolas
Professores ganhando mal
Crianças nas ruas, mais fácil
virar marginal
Se a culpa é do governo
Eu não quero nem saber
Ainda bem que essa cidade é
tão boa para se viver..."**
MCO



Ana e as crianças em mais um dia de trabalho